

Refletindo a globalização

Tarcísio Vanderlinde*

“Refletindo a Globalização” constitui uma tentativa de conceituar um paradigma emergente, com base em diversos autores que tratam da temática. Nas abordagens que consultamos foi possível perceber que ainda não há uma análise conclusiva sobre o impacto das mudanças conjunturais nestas últimas três décadas. O que conseguimos detectar, porém, demonstra que “globalização” constitui um fenômeno em movimento e que permanentemente delinea novos contornos.

Embora o termo circule em segmento da população não excluída do processo, são poucos os que se habilitam fazer um juízo mais ou menos aproximado da amplitude do conceito de globalização, até porque globalização não atinge de maneira uniforme, mas, sim, de forma segmentada, o universo de cada pessoa, o que na verdade torna ainda mais difícil uma conceituação objetiva.

A dificuldade de conceituação, no entanto, não é apenas dos simples mortais. Inúmeros autores, que tivemos a possibilidade de consultar, não se arriscam a elaborar uma análise conclusiva sobre o impacto das mudanças que estão ocorrendo no mundo contemporâneo, principalmente nestes últimos 30 anos.

A percepção é a de que nos defrontamos com um momento de crise, de transição e de questionamentos, que antecede, segundo o filósofo Kuhn, a formulação de um novo paradigma para a humanidade (Kuhn, 1974). Embora haja indicativos, ainda não é possível visualizar plenamente se este modelo, que se encontra em esboço, levará a uma sociedade produtiva e excludente ou se, numa visão idealista, preconizada por alguns autores, a um projeto civilizatório e aquisitivo (Nakano, 1994).

* Professor do Departamento de Geografia da UNIOESTE

Há indícios, pelos inúmeros aglomerados de exclusão que vêm ocorrendo em âmbito mundial, que a tendência produtivista e excludente pode estar prevalecendo. De qualquer forma, até aquele menos avisado consegue perceber que estão ocorrendo mudanças que, a nosso ver, inevitavelmente traçarão um novo perfil para a humanidade.

As análises que se podem realizar sobre globalização variam pela ênfase que se dá ao objeto abordado ou delimitado. Assim sendo, globalização pode abordar tanto a evolução, apogeu e “esvaziamento” do Estado, como as questões voltadas ao desemprego estrutural. A verdade é que a globalização está reterritorializando o mundo, num processo verticalizado e horizontalizado (Santos, 1994). Nesta reterritorialização existe espaço tanto para as entidades globais como para as locais, caracterizadas por novas formas de nacionalismos e fundamentalismos. Criam densidade as “redes planetárias” que, como um dos seus subprodutos, fazem aparecer os aglomerados de exclusão, materializando-se em toda parte. A nação agoniza e torna-se uma província da sociedade global, onde a questão de autonomia está cada vez mais sujeita a determinações globais, sendo que “soberania”, por exemplo, passa a ser cada vez mais uma figura de retórica, esvaziada do seu significado histórico (Castro, 1995).

A reterritorialização, provocada pela globalização, aponta para novas realidades, onde instituições e estruturas políticas, culturais, lingüísticas, demográficas, geográficas, estabelecem condições e possibilidades de novos intercâmbios, ordenamentos, estatutos que, na visão de estudiosos, ainda se apresentam de forma difusa e indefinida.

Neste processo de globalização, é oportuno destacar que certas diversidades que floresceram na histórica sociedade nacional, com a absorção de feudos, burgos, etnias, nacionalidades, línguas, culturas, tradições, podem ou desaparecer ou transformar-se novamente e florescer no âmbito da sociedade global. Segundo o sociólogo Octávio Ianni, homogeneização e diversificação, integração e contradição fazem parte do contexto do processo da globalização (Ianni, 1993).

Uma das tendências que se evidencia no mundo globalizado, é que a identidade territorial passa a ser relativa, sendo muito mais funcional do que efetiva. Numa linguagem muito em moda, é o ideologizado espaço flexível da realidade virtual. Noções como “três mundos”, centro, periferia, imperialismo, dependência, milagre econômico, tornaram-se obsoletas. Ainda dizem algo, mas não dizem tudo. Segundo o sociólogo Octávio Ianni, são noções inadequadas para expressar o que está acontecendo em diferentes lugares, regiões, nações, continentes (Ianni, op.cit).

Por outro lado, globalização pode ser entendida como um processo que na verdade vem ocorrendo há décadas, passando, segundo Ianni, por três fases: a capitalista de produção, organizado nos moldes nacionais; o capitalismo em bases nacionais, transbordando fronteiras e oceanos; e a terceira fase, atingindo uma escala propriamente global, formando novos conceitos em torno da globalização, objeto que estamos pretendendo analisar. Ao tratar da “sociedade civil mundial”, que Ianni aponta como um dos traços da globalização, salienta que é nesta formação da sociedade global que ocorrem mudanças substanciais nas condições de vida e trabalho, modos de ser, sentir, pensar e imaginar, assim como modifica as condições de alienação e as possibilidades de emancipação de indivíduos, grupos, etnias, minorias, classes, sociedades, continentes (Ianni, 1993).

Numa análise não menos significativa, Nakano salienta que os fundamentos desse novo paradigma se constituem nas novas tecnologias de informação e inovações organizacionais relacionadas. Aponta que no núcleo dessas inovações está a combinação da revolução microeletrônica, originada nos Estados Unidos, com o modelo de organização enxuta e flexível, desenvolvido inicialmente no Japão. Segundo Nakano, este paradigma estaria redefinindo as formas de organização da produção de gestão, os parâmetros de desenvolvimento, desenho e comercialização de bens industriais e de serviços. Destaca a probabilidade de que a inovação mais importante e de alcance mais geral, trazida pelo novo paradigma tecnológico seja, o conceito de *network*, o que se constitui num mecanismo diferente de gestão das empresas, baseado numa relação de contratação obrigacional de

cooperação e reciprocidade, *joint ventures*, cooperação entre empresas rivais, mobilidade de alianças, flexibilidade de arranjos, volatilidade de configurações e multiplicidade de modos de coordenação (Nakano, 1994).

Num quadro comparativo entre o que caracteriza o velho e o novo paradigma a definir as bases para a sociedade globalizada, é possível, com a informação de Nakano, definir que, enquanto o velho paradigma se caracteriza por intenso uso de energia, o novo prioriza o intenso uso da informação e conhecimento. A redução no tamanho da produção e número de trabalhadores aparecem em lugar das grandes unidades de produção e trabalhadores.

A diversidade de produtos e um atendimento personalizado ao cliente aparecem no lugar do produto homogêneo de uma unidade de produção e de produtos padronizados. Sistemas de produção flexível de produtos aparecem em lugar de plantas e equipamentos especializados. Sistematização substitui o conceito de automação, sendo que multi-habilidades interdisciplinares, aparecem como substitutivas a habilidades especializadas.

Numa forma conclusiva e sintética, Coutinho destaca sete tendências que, segundo ele, vêm emergindo no cenário mundial nos últimos anos e que devem ganhar corpo ao longo dos anos 90, a partir da vigorosa expansão do complexo eletrônico. O peso crescente do complexo eletrônico, a produção industrial (que se caracteriza pela automação integrada flexível), revolução nos processos de trabalho, a transformação das estruturas e estratégias empresariais, as novas bases da competitividade, a globalização (como aprofundamento da internacionalização) e as “alianças tecnológicas” (como forma de competição) (Coutinho, 1992).

A globalização, em autores como Lipietz e Leborgue (1988), é apontada como algo que emerge da crise do fordismo a partir dos processos implantados pela microeletrônica, o que acabou gerando a crise de produção de massa e a conseqüente estagnação dos mercados. Flexibilidade, conceito da globalização, também referenciado por outros autores, é o mote que domina os processos industriais e a organização do trabalho. Sistemas de produção flexível, flexibilidade, como já afirmamos, aparecem como forte indicativo em trecho de Michael Storper (1992), que com complexidade de ponderações analisa a crise do fordismo,

procurando avançar na compreensão da realidade econômica pós-fordista, com ênfase na organização regional.

Os fundamentos desse novo paradigma repousam sobre a automatização, que acaba reduzindo as necessidades de mão-de-obra e amplia a produtividade. O desemprego estrutural mundial é uma das faces perversas desse paradigma e tem levado a formar o que já destacamos como “aglomerados de exclusão”. Neste contexto é necessário destacar que a informática, a biotecnologia e a química fina desenvolveram mercadorias revolucionárias, utilizando mão-de-obra altamente especializada e novas matérias-primas, muitas das quais sintetizadas em laboratórios.

É visível que o conjunto dessas transformações originaram um amplo movimento de concentração e centralização de capitais. Empresas transnacionais criam novos espaços, novas modalidades de integração e fusão, voltadas para as necessidades do mercado globalizado. Estas novas formas de integração levam à diluição dos limites representados pelas barreiras nacionais. É neste contexto que surgem os blocos econômicos.

Dentro dessa nova ordem econômica é possível distinguir duas tendências que aumentam de intensidade a partir dos anos 70, à medida em que se desagrega em âmbito mundial o modelo fordista: a globalização e a regionalização. A primeira estimula fluxos internacionais de mercadorias e investimentos, atuando no sentido da eliminação dos entraves à competição no espaço mundial. A segunda atua no sentido de erguer barreiras entre blocos, protegendo a esfera de influência de cada uma das grandes zonas econômicas.

É preciso, no entanto, salientar que essas duas tendências não são contraditórias ou excludentes: a regionalização é, em grande medida, um patamar da globalização. A ampliação dos mercados, consolidada no interior dos megablocos, visa ampliar a competitividade das empresas que concorrem no mercado internacional (Magnoli e Araújo, 1995).

É objetivo destacar que, no cenário dos grandes blocos econômicos mundiais (União Européia, Nafta, Bacia do Pacífico), nasce o Mercosul, fruto de uma acirrada concorrência de regionalização através dos megablocos, fundamentados em critérios como desregulamentação e liberalização dos mercados

nacionais. Sobre o Mercosul, cabe salientar que se trata de um bloco periférico em escala sub-regional, submetido basicamente à influência das novas políticas externas dos Estados Unidos. Neste contexto, as relações que virão a estabelecer com o Nafta e a sua eventual participação em outros mercados, determinarão sua substância e a viabilidade.

Segundo Lins (1994), o Mercosul surge como um bloco num processo de queima de etapas, constituído numa iniciativa de estreitamento de vínculos num amplo e complexo processo de integração - fragmentação que se manifesta em escala continental. Aparece no contexto do “Cone Sul”, permeado de incertezas, criando apreensão no setor agrícola no lado brasileiro e que dificilmente se constituirá em resposta adequada aos acontecimentos internacionais.

Numa tentativa de produzir uma conclusão prévia, sobre conceituação dessa mudança de paradigma, que produz uma nova reterritorialização do planeta através dos blocos econômicos “centrais ou periféricos”, achamos oportuno destacar parte da reflexão de Gatto sobre a mudança tecnológica neofordista e a reorganização produtiva, com sua respectiva implicação territorial. Diz o autor que as mudanças tecnológicas em curso afetarão de maneira substantiva a organização da produção industrial, tanto dos países e regiões desenvolvidas, quanto das subdesenvolvidas. Afirma que as dimensões das repercussões sociais dessa mudança de paradigma tecnoeconômico dependerão das formas regulatórias que as diferentes sociedades vão acordando e se impondo. Conclui o autor que esta construção social irá indicando, no tempo, se a mudança tecnológica nos levará irremediavelmente a uma sociedade produtivista e excludente, ou se eventualmente poderá ser instrumento para um projeto civilizatório, humanista e eqüitativo (Gatto, op. cit.).

A discussão não se esgota por aqui e nem foi esta a pretensão. No entanto, a partir do que destacamos, é possível entender que, em se tratando de globalização, ainda não é possível falar em termos conclusivos, mesmo que a questão seja apenas de ordem conceitual.

Os posicionamentos que delimitamos e levantamos, embora apresentem um razoável esboço, na verdade demonstram

que globalização é um fenômeno em movimento, que a cada dia que passa delinea novos contornos.

Recentemente, a imprensa divulgou notícias que indicavam a conclusão de entendimentos para assinatura de um acordo de complementação econômica na modalidade “4 + 1” entre os países do Mercosul e o Chile, que objetiva a formação de uma zona de livre comércio. Embora não significando ainda a adesão efetiva do Chile ao Mercosul, a assinatura do acordo significa uma aproximação efetiva com o Chile, que passa a ser considerado parceiro privilegiado do Mercosul. De outro lado, acordos começam a ser delineados envolvendo a Colômbia, Venezuela e Bolívia. De qualquer forma, esta situação demonstra que o mapa da regionalização, característica da globalização, tem uma dinâmica onde a versão definitiva, se é que ela vai acontecer, ainda está por ser desenhada, haja visto o surgimento, neste cenário, da ALCA, com todas as suas implicações e que não pretendemos discutir agora neste texto.

O mapa se desenha a partir de acordos que acabam criando impactos sobre “territórios” que, com dinâmicas diferentes, se pulverizam e se reterritorializam com base nas novas realidades globais.

O espaço onde nos inserimos, como parte integrante desse processo, através das pessoas que aí habitam e se relacionam, se inquieta, questiona e busca alternativas no sentido de adequar-se às novas realidades.

Um esforço, para a compreensão da dinâmica das transformações que estão delineando o novo paradigma, parece no momento uma inteligente forma de resistência (não no sentido de manter o *status quo*, mas de articular-se adequadamente) diante das diversas formas de exclusão que o fenômeno da globalização materializa.

Bibliografia

- CASTRO, Iná Elias de et alii. **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil, 1995.
- COUTINHO, Luciano. “A terceira revolução industrial e tecnológica”. **Economia e sociedade**. Campinas, IE/UNICAMP, nº 1, ago. 1992, p. 69-87.
- GATTO, Francisco. “Cambio tecnológico neofordista y reorganización productiva. Primeras reflexiones sobre sus implicaciones territoriales”. In: LLORENS, Francisco A. et. al. (orgs.), op. cit., p.55-102.
- INANI, Otávio. **A sociedade global**. 2ª ed. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 1993.
- KUHN, Th. **A estrutura das revoluções científicas**. São Paulo : Perspectiva, 1974.
- LINS, Hoyêdo N. **Integração econômica e geografia da produção industrial: algumas reflexões tendo em vista o Mercosul**. Florianópolis, UFSC/NEPIL, 1994, (mimeo).
- LIPIETZ, Alain; LEBORGNE, Danièle. “O pós-fordismo e seu espaço”. **Espaço & Debates**, nº 25, 1988, p. 12-29.
- MAGNOLI, Demétrio e Araújo. **Para entender o Mercosul**. São Paulo : Moderna, 1995.
- NAKANO, Yoshiaki. “Globalização, competitividade e novas regras de comércio mundial”. **Revista de Economia Política**, v. 14, nº 4 (56), out.-dez. 1994, p. 7-30.
- SANTOS, Milton et alii. **Território - globalização e fragmentação**. São Paulo : HUCITEC, 1994.
- STORPER, Michael. “A industrialização e a questão regional no terceiro Mundo”. In: VALLADARES, Licia e PRETECEILLE, Edmond (coords.). **Reestruturação urbana: tendências e desafios**. São Paulo : Nobel, 1990, p. 120-147.